

CONTRA A PEC 32

ESTÁ NA HORA DE DIZER
NÃO À REFORMA
ADMINISTRATIVA

NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM!

QUEREM DESTRUIR O SERVIÇO PÚBLICO NO BRASIL



FORA BOLSONARO NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA

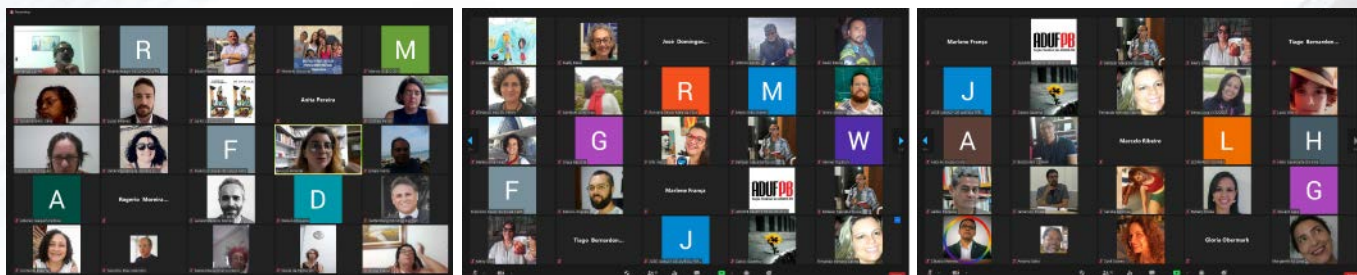
NÃO É UMA REFORMA, É O FIM DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

AGENDE-SE! ADUFPB REALIZARÁ NOVA

ASSEMBLEIA GERAL DOCENTE

na próxima segunda-feira, 16. Você é parte dessa luta. Participe!

GREVE GERAL DOS SERVIDORES, ASSUNTOS JURÍDICOS E ATIVIDADES DO SEMESTRE LETIVO ESTÃO NA PAUTA. **VEJA NA PÁGINA 2**



ADUFPB convoca nova Assembleia Docente para discutir Greve Geral e assuntos jurídicos

Greve geral dos servidores, assuntos jurídicos e atividades do semestre letivo. Esses serão os pontos de pauta da próxima assembleia docente virtual que a ADUFPB realizará na segunda-feira, dia 16.

O advogado Paulo Guedes, assessor jurídico da entidade, estará presente para atualizar os sindicalizados a respeito das principais ações judiciais em andamento e tirar dúvidas. Além disso, os(as) docentes irão discutir a adesão da categoria da UFPB à Greve Geral do Serviço Público, programada para o dia 18 de agosto em todo o país.

A paralisação com atividades de mobilização foi decidida durante o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público e tem como principal bandeira de luta o protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, conhecida como Reforma Administrativa.

Com a PEC 32, o governo quer eliminar as obrigações sociais do Estado, transformando direitos em mercadoria. Para isso, propõe reduzir ainda mais o número de servidores, aumentar os cargos de indicação política e várias outras medidas que, na prática, representam a morte do serviço público.

Além dos informes jurídicos e da Greve Geral, a assembleia docente também deve discutir a portaria anunciada pelo Ministério da Educação (MEC) no dia 4 de agosto prevendo o retorno das aulas presenciais. “Agora a gente se pergunta: as condições para esse retorno das atividades presenciais já estão dadas?”, questiona o presidente da ADUFPB, Fernando Cunha. O Ministério desconsidera completamente os problemas estruturais que muitas instituições enfrentam – agravados pelos cortes do orçamento da Educação – e que impactam até mesmo no abastecimento de água. Nesse cenário, o fornecimento de álcool, máscaras e termômetros, previsto pelo protocolo, dificilmente irá se manter de maneira adequada de forma a garantir a segurança sanitária.

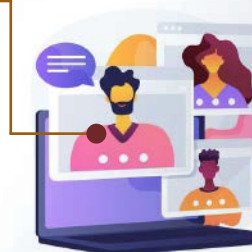
CONTRA PEC 32

Com a PEC 32, o governo quer eliminar as obrigações sociais do Estado, transformando direitos em mercadoria.

COMO ACESSAR

O link de acesso à Assembleia será disponibilizado para os docentes por e-mail (adufpb@terra.com.br) e pelo WhatsApp (83.99645-7000) na

manhã da segunda-feira, 16/8. Também estará disponível no site da ADUFPB, bastando clicar no banner disponível na homepage. É importante que o(a) professor(a) se identifique com nome, sobrenome e departamento ao entrar na sala.



SERVIDORES PÚBLICOS CONTRA A PEC 32

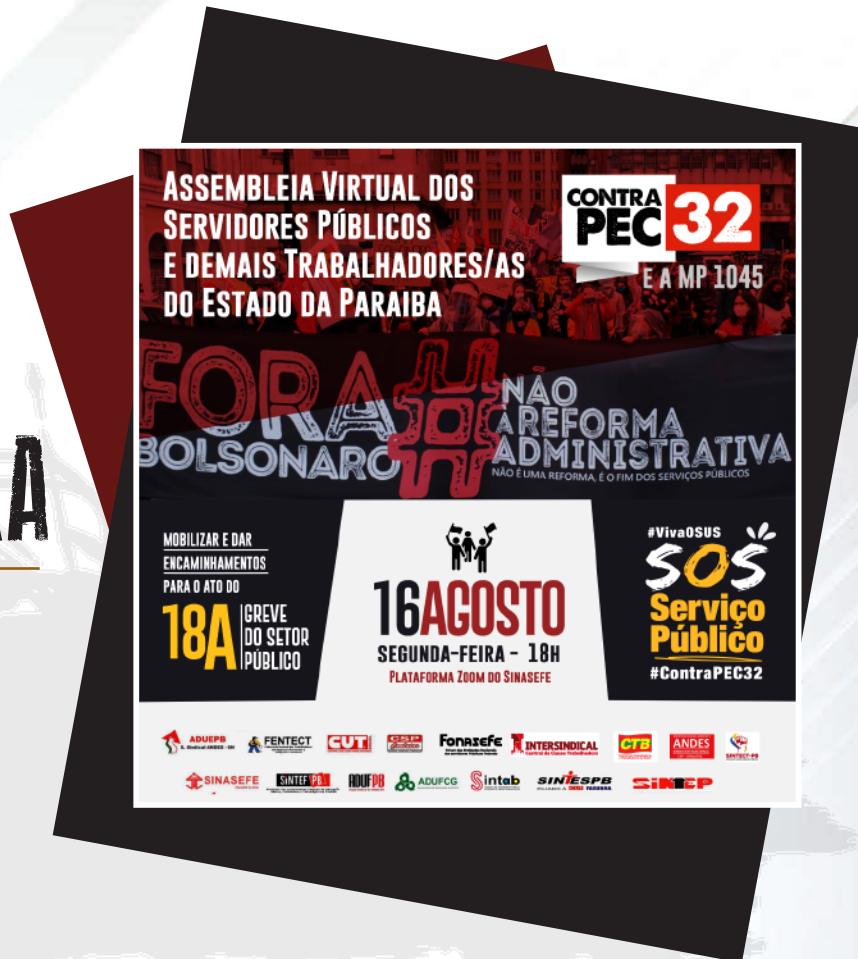
SERVIDORES PÚBLICOS DA PARAÍBA FARÃO ASSEMBLEIA VIRTUAL NO INÍCIO DA NOITE DA SEGUNDA-FEIRA, 16

Entidades representativas dos trabalhadores em serviço público realizam na próxima segunda-feira, **dia 16 de agosto, a partir das 18h**, uma assembleia geral da categoria na Paraíba. A atividade será on-line e ocorrerá pelo Zoom do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica).

“Essa assembleia tem o papel de mobilizar os servidores públicos da Paraíba para a Greve Geral do dia 18 de agosto e dar os encaminhamentos de como será o ato nessa data”, expli-

ca o professor Fernando Cunha, presidente da ADUFPB, que participa do fórum de entidades do Serviço Público que vem organizando no estado os movimentos contra a PEC 32, a chamada “Reforma Administrativa”.

Além da ADUFPB, também estão convocando a base para participar da assembleia geral dos servidores públicos as seguintes entidades: ADUEPB, FentECT, CUT, CSP-Conlutas, Fonasefe, Intersindical, CTB, ANDES-SN, Sintect-PB, Sinasefe, Sintef-PB, ADUFCG, Sintab, Sintespb e Sintep.



Qual o cenário caso a PEC 32 seja aprovada?

- PERDA DE DIREITOS DOS SERVIDORES E REDUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PARA A POPULAÇÃO
- PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO DA MESMA FORMA QUE FOI IMPOSTA AO SETOR PRIVADO COM A REFORMA TRABALHISTA
- FRAGILIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE CLASSE DOS SERVIDORES PÚBLICOS, COLOCANDO TRABALHADOR CONTRA TRABALHADOR
- FIM DA ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO



PEC 32 é “contrarreforma” que vai destruir o Serviço Público

“Essa contrarreforma administrativa vem não para melhorar, mas para destruir o Serviço Público e todos os direitos que conseguimos alcançar desde a Constituição de 88”. A declaração é da professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Laudicéia Araújo Santana, doutora em Ciências Sociais e pesquisadora nas áreas de Economia do Setor Público, Economia Política e Política Econômica.

Ela participou da assembleia virtual realizada pela ADUFPB no último dia 11 e fez uma apresentação acerca dos perigos da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, que vem sendo chamada pelo governo de “Reforma Administrativa”, mas na essência cria dispositivos que desvirtuam completamente o Serviço Público e colocam o Estado nas mãos do mercado.

De acordo com a professora Laudicéia Santana, a PEC 32 – que altera 27 trechos da Constituição Federal, introduz 87 novos, sendo quatro artigos inteiros – tem como real objetivo retirar direitos dos servidores e recursos dos fundos públicos para o atendimento aos interesses do capital rentista.

Em um dos novos artigos, a proposta prevê o compartilhamento de estrutura e pessoal da administração pública com a iniciativa privada. “Corremos o risco de sermos permanentemente usados como base para os interesses privados”, alerta Laudicéia Santana.



Fim da estabilidade do servidor público

A PEC 32 prevê mudanças nas formas de entrada no Serviço Público. O mecanismo do concurso público continuará existindo, mas o processo de seleção incluirá um “vínculo de experiência”. Após ser aprovado nas provas, o candidato ficará de um a dois anos sendo “testado” para efetivamente se tornar servidor. A avaliação ficará a cargo do chefe imediato, mas a PEC 32 não aponta os critérios para isso.

Outra forma de entrada no Serviço Público prevista na proposta é o “vínculo por tempo determinado”, categoria que poderá ser contratada, inclusive, em caso de paralisação de atividades, como as greves de servidores pela garantia de direitos.

A PEC 32 modifica também o direito à estabilidade no Serviço Público. Caso o texto seja aprovado, apenas os chamados “cargos típicos de Estado” passarão a ser estáveis, e os demais

terão “vínculo por tempo indeterminado”. A proposta, entretanto, não indica quais são os cargos típicos de estado, deixando essa descrição para lei posterior. “A estabilidade no serviço público implica em um compromisso com o Estado. Sem estabilidade, o compromisso do servidor público passa a ser com o governo de plantão”, argumenta Laudicéia Santana.

Por fim, a PEC 32 prevê cargos de liderança e assessoramento que, segundo a professora Laudicéia Santana, vão funcionar como verdadeiros “cabides de emprego”. “É a velha política do ‘toma lá, dá cá’. O texto permite que esses cargos de liderança e assessoramento sejam ocupados por pessoas que não têm vínculo com o estado. Nas instituições de ensino, por exemplo, não é mais o professor do curso que vai ocupar a coordenação, a direção do Departamento, e sim alguém de fora, indicado”, explica.

Dados falsos e manipulados

A PEC 32, que já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, segue a mesma lógica das reformas trabalhista e previdenciária, segundo a professora Laudicéia Santana. “Baseia-se em dados falsos, estudos manipulados, e promete resultados impossíveis”, sentencia.

Além disso, de acordo com ela, a documentação que embasa a PEC está sob sigilo e o governo omite os gastos com a dívida pública, apontando a Previdência e o funcionalismo como maiores despesas do Orçamento. Conforme a Auditoria Cidadã da Dívida, entretanto, 53,92% da previsão orçamentária para 2021 serão gastos com juros e amortização da dívida. Já a despesa com Previdência representa apenas 19,46% do total.

Outro manipulação de dados acontece quando o governo alega aumento dos gastos com pessoal de 145% em 12 anos, utilizando valores nominais, sem considerar a inflação do período e sem comparar com o Produto Interno Bruto (PIB). Segundo a apresentação da professora Laudicéia Santana, no período apontado, a despesa com pessoal diminuiu de 4,54% para 4,34% do PIB.

Interesse real da “Reforma Administrativa”

Segundo a professora Laudicéia Santana, todos os recentes movimentos de “reforma” impostos nos últimos anos no setor público tiveram como principal interesse manter a prioridade para o pagamento da dívida pública. “Foi assim com a PEC do Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência”, afirmou.

O mesmo acontece agora com a PEC 32. “Essa contrarreforma administrativa é o retorno do Estado ao que era antes da Constituição de 88”, alerta Laudicéia Santana. Segundo ela, com a aprovação, o Serviço Público passará a ser administrado pela iniciativa privada, embora continue financiado pelo Estado.

Trata-se de uma “reforma ideológica”, em que o Estado passa a ser regido prioritariamente pelo mercado e seus interesses privados para obtenção de lucro. “Deixamos de ser uma economia de mercado para sermos uma sociedade de mercado, onde tudo se transforma em mercadoria”, avalia a professora do IFPB. Para justificar esse movimento de terceirização dos serviços, o governo utiliza a narrativa – adotada também pela grande mídia – da obsolescência dos cargos públicos, numa lógica em que a modernização equivale à precarização.

ANDES-SN repudia fala de ministro da Educação sobre universidades brasileiras

Na segunda-feira (9), ao participar do programa “Sem Censura”, na TV Brasil, o atual Ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou, entre outras declarações, que “universidade, na verdade, ela deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade.”

Para o ANDES-SN, a entrevista desastrosa do ministro, no programa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), demonstra o total despreparo de Ribeiro para o cargo que ocupa, seu desconhecimento da universidade pública e aponta, ainda, a visão neoliberal meritocrática que impregna o governo e o MEC. Para justificar sua absurda afirmação, o ministro cita as pessoas formadas que viram “motoristas de aplicativo” e/ou exercem outras atividades, as quais não condizem com a formação universitária adquirida.

O Sindicato Nacional rebate essa argumentação e, em nota, explica que tal situação “não é culpa das universidades, do(a)s estudantes e ou do(a)s recém-formado(a)s”. “Essa situação é causada pela grande crise do capitalismo, que desacelerou a economia, empobreceu a população, e que se aprofundou ainda mais com a pandemia, e as políticas ultraneoliberais adotadas pelo governo Bolsonaro-Mourão, que deixaram mais de 14,7 milhões de trabalhadores(as) desempregados(as) no país, e não oferecem políticas para o enfrentamento da crise, mas mais arrocho e retirada de direitos, como na MP 1045, editada pelo governo federal para reduzir jornadas e salários em meio à pandemia a fim de proteger empresas, aprovada horas antes da rejeição da chamada PEC do voto impresso, em 10/08”, explica a diretoria do ANDES-SN.

Além da postura elitista sobre quem deve ter acesso ao ensino superior público, o responsável pelo MEC afirmou também que “Respeitosamente, vejo que alguns deles optaram por visão de um mundo à esquerda, socialistas...”, em referên-



cia às reitoras e aos reitores das universidades públicas.

“Essa afirmação mentirosa e enviesada mostra que o ministro pouco conhece das universidades públicas no Brasil e traz uma grande carga de preconceito com relação a essas instituições. O conhecimento produzido nas universidades, institutos e CEFETs sempre foi, e será importante para a nossa sociedade, exemplo disso é o que foi feito durante toda a pandemia que estamos vivendo, com pesquisas em vacinas, testes e medicações, além de atendimento direto à população nos diversos Hospitais Universitários”, critica o ANDES-SN.

Conforme a diretoria do Sindicato Nacional, essa postura, além de preconceituosa, serve para tentar desqualificar essas instituições e criar uma cortina de fumaça, enquanto o governo de Jair Bolsonaro

continua impondo a agenda de desmontes do grande Capital, através de reformas destrutivas, como a re-introdução do “Reuni digital”.

O ANDES-SN repudia veementemente as afirmações do ministro da Educação e alerta, ainda, que “o objetivo do ministro e do governo Bolsonaro-Mourão é destruir as conquistas da Constituição Federal de 1988, por um lado, asfixiando financeiramente as instituições de educação para promover a privatização, e por outro, atacar o artigo 207 da CF, que garante a autonomia pedagógica, financeira e administrativa às universidades, dessa forma, tentando destruir, tal como nos governos totalitários nazista e fascista, o cerne da universidade: a liberdade para ensinar, realizar pesquisa e promover a extensão universitária”.

Fonte: Andes-SN

NOTA DA DIRETORIA NACIONAL DO ANDES-SN DE REPÚDIO ÀS DECLARAÇÕES DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

No dia 09/08/2021, o atual Ministro da Educação, Milton Ribeiro, fez declarações desastrosas, que mostram o despreparo total para o cargo que ocupa e podem explicar também porque, ao viajar pelo Brasil, o referido ministro prefere se esconder em instituições particulares ao invés de visitar as Instituições Públicas de Ensino Superior.

No início de uma entrevista ao programa “Sem Censura”, comandada pela jornalista Marina Machado, da rede de televisão pública TV Brasil, da Empresa Brasileira de Comunicação, o ministro afirmou que “universidade, na verdade, ela deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade.” Essa fala mostra como esse senhor não conhece a universidade pública no Brasil e está alinhado a um governo que está a serviço do grande capital, defendendo a meritocracia, na qual somente privilegiado(a)s podem ter acesso ao ensino superior. Para justificar essa absurda afirmação, o ministro cita as pessoas formadas que atuam como “motoristas de aplicativo” e/ou exercem outras atividades que não condizem com a formação universitária adquirida. Vamos elucidar: a situação do(a)s formado(a)s que exercem atividades fora da sua área de formação não é culpa das universidades, do(a)s estudantes e ou do(a)s recém-formado(a)s. Essa situação é causada pela grande crise do capitalismo, que desacelerou a economia, empobreceu a população, e que se aprofundou ainda mais com a pandemia, e as políticas ultraneoliberais adotadas pelo governo Bolsonaro-Mourão, que deixaram mais de 14,7 milhões de trabalhador(a)s desempregado(a)s no país, e não oferecem políticas para o enfrentamento da crise, mas mais arrocho e retirada de direitos, como na MP 1045, editada pelo governo federal para reduzir jornadas e salários em meio à pandemia a fim de proteger empresas, aprovada horas antes da rejeição da chamada PEC do voto impresso, em 10/08.

Essa crise do capitalismo deveria servir para questionarmos o capitalismo, mas o(a)s serviços do grande capital usam a grande mídia, para mais uma vez, de forma ardilosa, culpabilizar os trabalhadores e as trabalhadoras.

Para piorar, o ministro continua com sua verbosidade, cheia de mentiras e ataques vazios afirmando que: “Respeitosamente, vejo que alguns deles optaram por visão de um mundo à esquerda, socialistas...”, se referindo à(o)s reitore(a)s das universidades. Essa afirmação mentirosa e enviesada mostra que o ministro pouco conhece das universidades públicas no Brasil e traz uma grande carga de preconceito com relação a essas instituições. O

conhecimento produzido nas universidades, institutos e Cefets sempre foi e será importante para a nossa sociedade, exemplo disso é o que foi feito durante toda a pandemia que estamos vivendo, com pesquisas em vacinas, testes e medicações, além de atendimento direto à população nos diversos Hospitais Universitários. Enquanto isso, as ações do governo federal e de muitos governos estaduais e municipais se resumiram a postura, discursos e ações negacionistas. O simples fato de alguém, que estuda e domina o assunto, discordar desses negacionistas, é o suficiente para ser automaticamente tratado como esquerdista, comunista e outros termos supostamente pejorativos.

Essa postura serve apenas para tentar desqualificar essas instituições e criar uma cortina de fumaça, enquanto continuam tocando a agenda de reformas destrutivas, que fazem parte da agenda do grande capital, como a reintrodução do “Reuni digital”, que o MEC está impondo às instituições, como forma de chantagear o(a)s reitore(a)s das universidades e continuar com a guerra cultural e ideológica contra as instituições universitárias, que promovem o conhecimento, a reflexão e produzem ciência. O objetivo do ministro e do governo Bolsonaro-Mourão é destruir as conquistas da Constituição Federal de 1988, por um lado, asfixiando financeiramente as instituições de educação para promover a privatização, e por outro, atacar o artigo 207 da CF, que garante a autonomia pedagógica, financeira e administrativa às universidades, dessa forma, tentando destruir, tal como nos governos totalitários nazistas e fascistas, o cerne da universidade: a liberdade para ensinar, realizar pesquisa e promover a extensão universitária.

A diretoria do ANDES-SN repudia veementemente tais afirmações e continuaremos a defender os princípios aprovados em nossos Congressos e sistematizados no Caderno 2, que contém a proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira.

Por liberdade e autonomia universitária!

Por uma universidade pública laica, de qualidade e socialmente referenciada!

Por políticas públicas de ingresso e permanência estudantil!

Respeitem nossas universidades, institutos e Cefets!

Fora Ministro Milton Ribeiro!

Brasília(DF), 11 de agosto de 2021

Conselho do CCHLA e ADUFPB também repudiam declaração de ministro

A Diretoria Executiva da ADUFPB, em concordância com o teor da Nota emitida pelo Conselho do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB, em repúdio às declarações do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, no último dia 11, subscreve o documento, ao publicá-lo em nosso informativo semanal. Leia a íntegra da nota, que foi lida e apresentada aos professores e professoras na Assembleia da ADUFPB, realizada na última quarta-feira, 11.



VOTO DE REPÚDIO À DECLARAÇÃO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

O Conselho do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB, reunido nesse dia 11 de agosto de 2021 – dia d@ estudante -, apresenta seu voto de repúdio ao ministro da Educação, Milton Ribeiro, por sua declaração de que “a universidade deveria ser para poucos”.

Em oposição a esta afirmação, este Conselho reafirma sua crença de que a educação é um direito de todas e de todos, fundamento primeiro para a redução das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária no Brasil, tal como inscrito na Constituição Federal de 1988.

A educação superior, em especial, mais do que fornecer diplomas em distintas áreas do conhecimento, é fundamental para “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”, tal como consigna a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), devendo por isso ter seu acesso ampliado no nosso país.

Assim, ao reafirmar seu compromisso inarredável com a democracia e com os direitos humanos, o Conselho do CCHLA acredita que o acesso à educação superior no Brasil deva ser ampliado, e nunca reduzido, por se constituir em um instrumento de democratização da nossa sociedade.

CONSELHO DO CCHLA / UFPB
João Pessoa, 11 de agosto de 2021

Poética do Olhar

10º CONCURSO CULTURAL DE FOTOGRAFIA DA ADUFPB

INSCRIÇÕES
De 10.agosto a 10.setembro/2021
NO SITE: www.adufpb.org.br

Concorra a 3 leitores de livros digitais da Amazon

ADUFPB
Seção Sindical do ANDES-SN
QUEM TEM SINDICATO NUNCA ESTÁ SÓ!

Foto: Bertrand Lira (concurso 2012)